

**ESCOLA, CONHECIMENTO E FORMAÇÃO DE PESSOAS:
CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS**

Terezinha Oliveira – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Ana Paula dos Santos Viana – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Lais Boveto – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Mariana Vieira Sarache – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo examinar a estreita relação existente entre a escola e a produção/conservação do conhecimento. Nosso ponto de partida é investigar em que medida a escola desempenha esse papel formativo na atualidade. Nesse sentido, é essencial refletir sobre as relações entre a escola, as leis e políticas educacionais, especialmente aquelas promulgadas a partir do ano 2000, com vistas a transformar essa instituição em espaço que propicia conhecimento científico, liberdade, equidade e cidadania. Considerando esses aspectos, travamos um debate – com base em intelectuais que trataram, em diferentes tempos históricos, da formação da pessoa – com a finalidade de explicitar que o conhecimento científico só é apreendido e se torna condição de cidadania se iniciado nos primórdios da escolarização, por meio de um processo sólido de alfabetização que assegure à pessoa a condição de leitura e escrita. Assim, ao promover a alfabetização e conservar e produzir o conhecimento, a escola abre caminhos para a construção de uma sociedade justa, democrática e equitativa, pois forma pessoas conscientes, livres e capazes de compreenderem por si mesmas a realidade do seu tempo presente.

PALAVRAS CHAVE

Escola; Políticas educacionais; Conhecimento; Formação de pessoas

**SCHOOL, KNOWLEDGE AND FORMATION OF PEOPLE:
HISTORICAL CONSIDERATIONS****ABSTRACT**

This article aims to reflect on the close relationship between the school and the conservation / production of scientific knowledge. Our starting point is to investigate to what extent the school plays such a formative role in actuality. Therefore, it is essential to reflect on the relationship between the school, the educational laws and policies, especially those enacted from 2000, aiming to transform this institution into a space that provides scientific knowledge, freedom, fairness and citizenship. Considering these aspects, we wage a debate – based on intellectuals who dealt, in different historical times, about the formation of the person - in order to explain that scientific knowledge is only apprehended and potentially becomes a condition of citizenship if it is initiated in the early schooling by a solid literacy process that ensures to the student a basis for reading and textual interpretation. School, by promoting literacy, conserves and produces scientific knowledge and paves the way for building a just, equitable and democratic society because it enables people to be conscious, free and able to understand the reality of the present time.

KEYWORDS

School; Educational policies; Knowledge; Training people

1. INTRODUÇÃO¹

O objetivo deste texto é analisar uma questão candente na atualidade no âmbito da educação, que é a indagação acerca da função da escola, já que ela se constitui no espaço de aprendizagem e do ‘conhecimento poderoso’². Trata-se de um tema extremamente amplo e, por isso, corremos o risco da generalização ou, então, de tratá-lo dentro de um recorte particular que não permita uma compreensão adequada em determinado tempo histórico, o da contemporaneidade.

Observados esses aspectos, trataremos da função da escola no sentido apontado pelos autores que nos subsidiam, qual seja, ser uma das instituições capaz de oportunizar melhores condições de igualdade social em virtude de uma formação de caráter científico e de uma aprendizagem real para aquele que a recebe. Acreditamos que a formação intelectual é condição primeira do processo formativo, do desenvolvimento pessoal e da sociedade, por conseguinte, o conhecimento é uma atividade pela qual o homem se diferencia dos outros animais e, na medida em que o adquire, melhora suas próprias condições de existência em diversos aspectos, especialmente o moral, o intelectual e o material.

Essa relevância dada ao conhecimento como condição da existência dos homens é encontrada em obras históricas, pedagógicas e educativas ao longo da história. Dentre essas obras salientamos textos de Tomás de Aquino (1224/5-1274), Young, Vieira e Libâneo, razão porque eles nos servirão de base teórica. Embora autores de períodos distintos, eles podem fomentar nosso estudo sobre a escola na atualidade na medida em que adotam uma mesma perspectiva: a da formação integral de pessoas. Sob este aspecto é que podemos estabelecer essa reflexão, pois perspectiva da formação integral da pessoa que estudamos e desenvolvemos nossas pesquisas.

Desse modo, cumpre salientar que este estudo bibliográfico é elaborado a partir de duas motivações centrais. Em primeiro lugar, pesa sobre nossa experiência docente

¹ Artigo apresentado à revista Políticas Educativas a convite da representação da UFSM no Núcleo Educação para a Integração da AUGM.

² Expressão utilizada por Young (2007). Observamos que o termo ‘conhecimento poderoso’ se refere, para o autor, a uma educação de qualidade, que possibilite uma efetiva formação à pessoa, concedendo condições necessárias para se desenvolver de forma consciente e fazer parte do desenvolvimento da sociedade.

as diversas questões, dúvidas e indagações cotidianamente vividas no sistema educacional e a implantação de novas leis, trazidas ao nosso convívio em sala de aula pelos alunos da graduação. Em segundo lugar, a preocupação com o atual processo de escolarização das crianças, que pode trazer prejuízos ao longo de sua trajetória acadêmica e social. A precária alfabetização e, por conseguinte, a falta de um conhecimento consolidado na formação dos alunos, a nosso ver, é uma das principais razões para os índices de baixa aprendizagem no ensino superior. A situação do ensino é revelada quando se pensa o número de jovens no ensino superior no Brasil em relação a países da América Latina, como Chile e Argentina, por exemplo³. Nesse sentido, a escola, ainda que esteja disponível a todos, continua sendo, na essência, para poucos, se a consideramos como espaço de produção do conhecimento com vistas à construção de cidadãos. É, pois, sob essas duas perspectivas que refletiremos a escola como *locus* possível de formação da pessoa.

2. A EDUCAÇÃO COMO ASPECTO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA

A indagação frequente é se as medidas tomadas no sentido de uma educação de qualidade⁴ realmente proporcionam as condições necessárias para os problemas que a educação tem que enfrentar. Um exemplo das questões pertinentes à escola pública, desde que foi fundada em fins do século XVIII é a alfabetização.

No Brasil, especialmente, desde a década de 1960, em virtude de necessidades políticas e econômicas, assiste-se à formulação de medidas e leis com o objetivo de erradicar o analfabetismo. Para que o país se desenvolvesse, era necessário adentrar ao universo científico e tecnológico e, para tanto, a alfabetização constituía-se em condição primordial. Vinculado a isso, pesquisas como as de Paulo Freire (1921-1997) direcionavam seus esforços na tentativa de promover a emancipação do cidadão por

³ Em 2012, a taxa de abandono escolar atingiu 24,3%. Índice que se torna ainda mais preocupante se comparado com países vizinhos, como Chile (2,6% de evasão), Argentina (6,2%) e Uruguai (4,8%). Entre 1,6 milhão de alunos do ensino básico que abandonaram a escola no ano passado, mais de 1,5 milhão cursava a rede pública, tanto no nível fundamental (762 mil), quanto no médio (760 mil). Fonte: Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/11/mec-cria-grupo-para-examinar-causa-de-evasao-escolar>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

⁴ O que chamamos de qualidade é a educação que propicia a pessoa uma formação ampla e capaz de tornar o sujeito um Ser atuante e consciente de seus papéis sociais.

meio da leitura e da escrita. Esses esforços têm continuidade nas décadas seguintes e foram recorrentes ao longo das primeiras décadas do século XXI.

No início de 2013, veio a público *O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* (PNAIC)⁵, estabeleceu que a alfabetização das crianças seja realizada até a idade de oito anos, o que corresponde ao terceiro ano do ensino fundamental. Criado em novembro de 2012, o PNAIC tem como objetivo assegurar que todas as crianças brasileiras sejam alfabetizadas plenamente. A partir das informações do portal do Ministério da Educação (MEC)⁶ e dos testes educacionais, compreendemos que o referido pacto é uma política educacional, uma medida do governo brasileiro frente à necessidade de garantir uma educação de qualidade para todos e não apenas a uma parcela do território. Atualmente, segundo dados da prova ABC – Brasil, 2011 –, 53,3% dos estudantes atingiram o conhecimento esperado em escrita e 56,1% em leitura para o 3º ano do Ensino Fundamental. Segundo o Ministério, dados anteriores, do Censo 2010, revelam que a média nacional de crianças não alfabetizadas aos oito anos no país é de 15,2%. Entretanto, os índices variam muito, o que pode ser verificado entre o índice do Paraná de 4,9% e de Alagoas com 35% (IBGE/Censo 2010). Desse modo, segundo o MEC, os dados revelam a importância de se avaliar o nível de alfabetização das crianças⁷.

Diante desse quadro, o PNAIC propõe quatro eixos de atuação: a) Formação continuada presencial para os professores e seus orientadores de estudo; b) Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; c) Avaliações sistemáticas; d) Gestão, mobilização e controle social.

Segundo o MEC, o intuito dessas medidas é formar educadores críticos, que proponham soluções criativas para os problemas enfrentados pelas crianças em processo de alfabetização. Espera-se, com isso, que as escolas dialoguem com a comunidade em que se encontram inseridas, estreitem a relação entre ambas e proporcionem um espaço

⁵ Lei aprovada pelo Plenário do Senado em 24 de abril de 2013. “O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental” (Portaria nº 867, 4 de julho de 2012). Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/noticias/107-resolucoes-e-lei>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

⁶ Todos os dados do MEC, mencionados no texto, estão disponíveis no Portal <http://www.mec.gov.br/>.

⁷ Os dados estão disponíveis no documento de apresentação do PNAIC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11898&Itemid>. Acesso em 04 fev. 2014.

colaborativo, a fim de alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ciclo de alfabetização. A idade foi estimada, segundo o Ministério, por significar o fim do ciclo de alfabetização, que dura os três primeiros anos do Ensino Fundamental. De acordo com Cesar Callegari⁸ (atual secretário de Educação Básica do governo de São Paulo), “[...] a definição do ciclo vem de muito tempo no Brasil – teve início há mais de 20 anos, com as primeiras experiências em São Paulo, quando foi criado o ciclo básico”⁹. Portanto, ousamos inferir que a alfabetização consiste em um problema recorrente na educação escolar no Brasil e, mesmo após décadas de debates, leis e políticas sobre o tema, ainda é um assunto passível de estudos e análises, por ser considerado um aspecto que precisa ainda ser concretizado. O PNAIC pode ser visto como resultado, ou possível solução, para o conjunto de fatores que vem assolando a educação em nosso país, como é o caso da alfabetização.

Em face dos intensos debates e inúmeras leis e normativas, uma indagação nos surge: se a escola tem como objetivo precípuo a alfabetização, por que são necessárias políticas e leis que indiquem ser preciso que essa mesma instituição alfabetize a criança até determinado ano e série? Com isso, não pretendemos criticar as leis, o que questionamos é a necessidade de uma lei para fixar aquilo que é a própria função da escola. Afinal, o início da escolarização tem como principal objetivo a alfabetização, pois a continuidade do processo de aprendizagem escolar depende desse conhecimento básico. Dessa maneira, além de alfabetizar, quais os outros conhecimentos fazem parte da função da escola ensinar? O que percebemos é que há uma enorme gama de funções que são atribuídas aos profissionais da educação (que representam e constituem as instituições educacionais e assumem essas atribuições), o que, muitas vezes, leva à subordinação do papel essencial das escolas. Por esse motivo, provavelmente, as leis direcionadas a especificar o papel da escola sejam cada vez mais necessárias. Essas são questões cruciais e, em nosso entendimento, precisam ser objeto de reflexão dos atores da educação escolar, para que estes, acima de todos, tenham clareza de sua função na sociedade. Sobre esse aspecto concordamos com Young (2007, p. 1288), para quem as

⁸ Cesar Callegari é sociólogo e, entre outros cargos, foi Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Membro e Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação por dois mandatos, sendo responsável pela construção do referido Pacto (Pnaic). Disponível em: <<http://www.cesarcallegari.com.br/v1/inicio.php>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

⁹ Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/24884/entenda-como-funciona-o-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

escolas são “[...] instituições com o propósito específico de promover a aquisição do conhecimento [...]”, um conhecimento específico, que não seria ensinado em outro espaço a não ser na escola.

Ao tratar da aquisição do conhecimento como objetivo primordial da escola para o aluno, Young questiona qual conhecimento é importante que a criança aprenda na escola? O autor destaca a necessidade de se pensar quais os conhecimentos que se transformarão em ‘ferramentas’ necessárias para que a pessoa possa ter consciência e compreenda o seu entorno (o meio/sociedade em que vive). Do ponto de vista do autor, indubitavelmente, o conhecimento científico é uma das condições essenciais para que a pessoa conheça o seu universo social, para além da sua condição socioeconômica particular.

Segundo Young, o aluno não pode ver na escola sua própria realidade como base do conhecimento, pois isso não o fará desenvolver sua capacidade de percepção científica e social do tempo no qual ele próprio é sujeito. Nesse sentido, o autor enfatiza a importância de a escola possuir um currículo que, ao ensinar o conhecimento universal, sem descurar, evidentemente, das questões cotidianas, promova no aluno mudanças em sua percepção de mundo, a ponto de criar nele a consciência da necessidade de transformações no seu entorno. Com efeito, de acordo com o autor, a escola somente promoverá o conhecimento ‘poderoso’ se conseguir, por meio dos conteúdos e práticas pedagógicas, incutir no aluno/sujeito da aprendizagem, essa consciência de transformação. Sobre isso, o mesmo autor afirma que:

[...] se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isso parecer ir contra as demandas dos alunos (e às vezes de seus pais). As escolas devem perguntar: “Este currículo é poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição. (YOUNG, 2007, p. 1297)

Nessa passagem observamos que as escolas devem ter como prioridade a promoção do conhecimento que liberte a pessoa da condição do não conhecer, do não saber e, especialmente, da ausência do aprender, por depender da estrutura social da qual faz parte, isto é, de sua realidade cotidiana. Ao lado do conhecimento científico,

prioritário na escola, o cotidiano do aluno e as relações entre o conteúdo ensinado e a vida devem estar presentes, para que o aprendiz tenha condições de aquilatar a relevância do conhecimento em seu cotidiano. Assim, é preciso que o aluno realmente compreenda e se sinta parte constituinte desse processo. Young afirma que “[...] alguns tipos de conhecimento são mais valiosos que outros, e as diferenças formam a base para a diferenciação entre conhecimento curricular ou escolar e conhecimento não-escolar”. (YOUNG, 2007, p. 1293).

Com efeito, o conhecimento que a pessoa aprende na escola não é formulado em seu cotidiano porque tem uma base científica que o distingue do senso comum, contudo aquele que o aprende deve ver nele sentido e significado. Daí o sentido e relevância de um currículo ser pensado a partir do

[...] conhecimento local e cotidiano que os alunos trazem para a escola, mas esse conhecimento nunca poderá ser uma base para o currículo. A estrutura do conhecimento local é planejada para relacionar-se com o particular e não pode fornecer a base para quaisquer princípios generalizáveis. Fornecer acesso a tais princípios é uma das principais razões pelas quais todos os países têm escolas. (YOUNG, 2007, p. 1299)

Desse modo, só faz sentido ter escola se ela for, o local que atenda as necessidades implícitas à sua função dentro de uma sociedade democrática: produzir conhecimento para as pessoa, tendo como ponto de referência o saber científico e o cotidiano. A respeito da natureza do conhecimento escolar¹⁰, Young considera que é preciso uma reformulação no pensar e agir sobre a educação em amplos aspectos, com especial atenção aos conteúdos para que essas duas naturezas sejam consideradas no momento da construção do currículo. Mais, elas deveriam ser promovidas tanto pelos os profissionais ligados diretamente à educação, quanto pela sociedade em seu conjunto.

Em virtude, portanto, da complexidade dos problemas escolares, pensar no seu papel, na posição e responsabilidade apresentadas a esta instituição, requer que seus agentes pensem de que maneira sua ação/atuação atende as necessidades sociais e contribui para uma efetiva mudança na sociedade.

¹⁰ Sobre o tema recomenda-se a leitura do artigo de Gustavo Ioschpe *Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/precisamos-de-educacao-diferente-de-acordo-com-a-classe-social>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

Quando Young salienta a relevância do conhecimento no currículo escolar, levamos a refletir sobre uma questão tratada no século XIII pelo mestre da Universidade de Paris, Tomás de Aquino (1225-1274). Em seu escrito intitulado *De Magistro*, destaca o fato de que o conhecimento ensinado só pode ser aprendido quando aquele ao qual é dirigido consegue estabelecer relações entre o que conhece e vive e o saber que está aprendendo. Para Tomás de Aquino, é preciso que exista no aprendiz um conhecimento prévio (adquirido na interação cotidiana) do que será ensinado para que ocorra efetivamente a aprendizagem.

Ora, o conhecimento preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas ativa, senão o homem não poderia adquirir conhecimentos por si mesmo. E assim como há duas formas de cura: a que ocorre só pela ação da natureza e a que ocorre pela ação da natureza ajudada pelos remédios, também há duas formas de adquirir conhecimento: de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama *descoberta*; e, de outro, quando recebe ajuda de fora, e este modo se chama *ensino*. [...] o professor deve conduzir o aluno ao conhecimento do que ele ignorava, seguindo o caminho trilhado por alguém que chega por si mesmo à descoberta do que não conhecia. (TOMÁS DE AQUINO, 2001, p. 31-32).

O mestre medieval está tratando do conhecimento, ou, mais especificamente, da relação de ensino e aprendizagem. Em sua concepção, há duas formas de conhecer: pela descoberta e pelo ensino. Somente na segunda forma reside o papel do professor que é o de ensinar. Na visão de Tomás de Aquino, o professor deve considerar o conhecimento que existe no educando em potência e, com a sua experiência do caminho já percorrido pelo saber, transformá-lo em ato. Em outras palavras, possibilitar ao aluno a apropriação de conhecimentos, até então desconhecidos para o educando¹¹.

Na obra em que está contida a citação, encontramos a proposta formativa elaborada por Tomás de Aquino aos seus educandos. Nela, o mestre trata de uma série de questões relacionadas ao ensino. São debates que compõem e permeiam os problemas de sua época. Assim, ao recorrermos a esse autor, de um período longínquo da contemporaneidade, procuramos mostrar que cada autor responde ao seu tempo

¹¹ Sobre essa questão recomenda-se a leitura do artigo de Terezinha Oliveira, *A importância da leitura de escritos Tomasianos para a formação docente*. Nele, a autora explicita a relevância da leitura dos clássicos para a formação do docente na atualidade.

histórico, com embates e soluções condizentes com sua determinada realidade. Como mestre/professor, Tomás de Aquino, assim como os outros autores aqui mencionados, sentiu a necessidade de definir como o conhecimento poderia ser apreendido pelos alunos, pois tinha clareza de que não havia ensino por parte de um professor se este não causasse o conhecimento no aluno.

Decorridos mais de oito séculos desde as formulações de Tomás de Aquino, deparamo-nos com as seguintes palavras de Libâneo:

[...] educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social [...] É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de “ser humano”. [...] (LIBÂNEO, 1998a, p. 22).

A educação nos é apresentada como uma questão bastante complexa, pois não é uma simples questão de subsistência, mas é a propulsora da humanidade. Educar é, assim, humanizar o homem, o que abrange suas ações, seus comportamentos, seus hábitos e tantos outros aspectos.

Pensar na educação pressupõe um exercício constante de reflexão por parte de seus envolvidos, justamente por abranger muitos aspectos, processos e leis. Retomamos, dessa maneira, Young, que apresenta com clareza essa complexidade do conhecimento em relação à escola quando discorre os seus desdobramentos possíveis a partir das suas especificidades. De acordo com o autor, há nas relações humanas duas naturezas de conhecimento. O primeiro ele define como “[...] conhecimento *dependente do contexto*, que se desenvolve ao se resolver problemas específicos no cotidiano. Ele pode ser *prático*, como saber reparar um desafio mecânico ou elétrico, ou encontrar um caminho num mapa” (2007, p. 1296). Esse conhecimento Young define como ‘procedimental’, porque está atrelado a solucionar problemas imediatos e cotidianos. Esse saber é condição de existência, já que a pessoa precisa agir a todo o momento para se deslocar, para trabalhar, para zelar por aspectos que lhe dão segurança e asseguram a sobrevivência. A segunda natureza de conhecimento é aquela que, em geral, se aprende na escola e está necessariamente associada às condições que as pessoas desenvolvem para compreender a si mesmas no universo de relações dos quais fazem parte. Young o define como conhecimento teórico: “É desenvolvido para fornecer generalizações e busca a universalidade. [...] É esse conhecimento independente de contexto que é, pelo

menos potencialmente, adquirido na escola e é a ele que me refiro como *conhecimento poderoso*.” (YOUNG, 2007, p. 1296). Seguindo esses princípios, a escola é espaço fundamental para a sociedade porque é nela que a pessoa, potencialmente, torna-se capaz de lutar pela liberdade.

As formulações dos autores que analisamos permitem-nos pensar a escola também como *locus* de civilização, pois é nela que se conserva e se principia a produção do conhecimento científico.

Em entrevista realizada para a *Revista Pensar a Prática*, Libâneo referenda a importância da escola como espaço essencial de produção do conhecimento na sociedade contemporânea. Propõe quatro objetivos para que ela [escola] de fato se consolide.

Eu venho propondo quatro objetivos para a escola de hoje. [...] eles formam uma unidade [...]. O primeiro deles é o de preparar os alunos [...] para a vida numa sociedade tecno-científica-informacional. [...] Para isso, é preciso investir na formação geral, isto é, no domínio de instrumentos básicos da cultura e da ciência e das competências tecnológicas e habilidades técnicas requeridas pelos novos processos sociais e cognitivos. Na prática, refiro-me a conteúdos [...] que propiciem uma visão de conjunto das coisas, capacidade de tomar decisões, de fazer análises [...]. Em segundo lugar, proponho o objetivo de proporcionar meios de desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, ou seja, ajudar os alunos nas competências do pensar autônomo, crítico e criativo. Este é o ponto central do ensino atual, que deve ser considerado em estreita relação com os conteúdos, pois é pela via dos conteúdos que os alunos desenvolvem a capacidade de aprender [...]. O terceiro objetivo é a formação para a cidadania crítica e participativa. As escolas precisam criar espaços de participação dos alunos dentro e fora da sala de aula em que exercitem a cidadania crítica. [...] O quarto objetivo é a formação ética. É urgente que os diretores, coordenadores e professores entendam que a educação moral é uma necessidade premente da escola atual. Não estou pregando o moralismo [...] Estou falando de uma prática de gestão, de um projeto pedagógico [...] que programe o ensino do pensar sobre valores. [...] Em resumo, eu proponho investir na capacitação efetiva para empregos reais e na formação do sujeito político socialmente responsável. (LIBÂNEO, 1998b, p. 4-5).

A preocupação evidenciada pelo autor mostra seu empenho em propor aos diretores, pedagogos, professores, alunos, enfim, todos os envolvidos na escola, e em maior escala, na educação, que atentem para os quatro momentos que compõem a unidade de sua proposta formativa. Um projeto que contempla: 1) a formação integral do aluno para que essa possa viver em uma sociedade ‘tecno-científica-informacional’; 2) os meios para desenvolver as capacidades cognitivas (aprendizagem); 3) a formação para a cidadania (consciência); 4) a formação ética.

Após mais de uma década de sua publicação, essa proposta para a educação brasileira continua válida, uma vez que ainda se fala em crise na educação no país. Ainda precisamos proporcionar aos alunos uma formação integral, aprimorar suas capacidades cognitivas e desenvolver a competência ética. Daí a validade e permanência dos discursos dos intelectuais que estão nos fundamentando.

A realidade atual mostra um mundo em constantes transformações, ao mesmo tempo globalizado e individualizado, afetando indivíduos e grupos, evidenciando muitas culturas e, por conseguinte, muitos sujeitos e muitas relações, mas todos dentro de um mesmo contexto histórico: a contemporaneidade. Sendo a escola um dos espaços sociais incluso neste contexto, ela sofre tais mudanças, mas também é parte constituinte desta realidade, formando esse homem contemporâneo.

Após essas considerações, destacamos a seguinte finalidade proposta pelo *Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação no Século XXI*¹² “[...] todo o ser humano deve ser preparado para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.” (DELORS, 1996, p. 99). Evidentemente, podemos e devemos fazer críticas à natureza e intenção desse documento, mas não podemos negar que a formação para cidadania é uma questão urgente na sociedade contemporânea globalizada. Se não pensarmos na formulação do conceito de conhecimento que deve ser transmitido para os alunos, não alcançaremos esse ser humano que pensa por si, que sabe analisar e compreender o mundo em que vive e decidir frente às diferentes situações cotidianas.

Em face desses objetivos é que precisamos ter explicitado qual a natureza de conhecimento a escola proporciona, ou deveria proporcionar, aos alunos. Com efeito, nosso foco não é somente definir sua qualidade, mas, sim, a sua finalidade e, para tanto, é necessário pensar que o conhecimento científico constitui-se condição de cidadania e liberdade. Contudo, como já vimos, é preciso que ele seja mediado por uma série de outros elementos que fazem parte do cotidiano do aprendiz, inclusive, na vivência diária da e na escola. Vieira, fundamentando-se em Braslavsky, discorre acerca disso:

¹² *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI. Ed. Faber Castel. Brasília, jul, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

Não há dúvida que esta deve ser “ao mesmo tempo prática, racional e emocional”. Deve formar pessoas que sejam “capazes de compreender o mundo e criar seus projetos” aproveitando as oportunidades geradas pelo cenário que se desenha nos primeiros anos deste século [...]. Dentre os fatores que podem vir a contribuir para construir essa educação, vale a pena referir aqueles destacados por Braslavsky: 1) o foco na relevância pessoal e social; 2) a convicção, a estima e a auto-estima dos envolvidos; 3) a força ética e profissional dos mestres e professores; 4) a capacidade de condução de diretores e inspetores; 5) O trabalho em equipe dentro da escola e dos sistemas educacionais; 6) as alianças entre as escolas e os demais agentes educacionais; 7) o currículo em todos os seus níveis; 8) a quantidade, a qualidade e a disponibilidade de materiais educativos; 9) a pluralidade e a qualidade das didáticas; e 10) condições materiais e incentivos socioeconômicos e culturais mínimos. [...] Por óbvio que pareça, é importante insistir que as políticas e a gestão da educação básica necessitam encontrar seu foco na essência da tarefa educativa – bem ensinar e bem aprender – tudo fazendo para cumprir a função social da escola com sucesso. [...] Sua razão de existir está intrinsecamente ligada à tarefa primordial de bem ensinar e aprender. Gestão escolar bem sucedida, portanto, é aquela voltada para a aprendizagem de todos os alunos. (VIEIRA, 2007, p.15)

Em consonância com as palavras de Vieira, observamos que a escola só ocupará o seu *locus* de agente formador se estiver atenta à sua função precípua: produzir e ensinar conhecimentos às pessoas. Atualmente, é nessa instituição que o aluno recebe os principais elementos formativos e, precisamente por isso, os atores escolares precisam estar preparados para essa nova função que se avizinha. Os professores, os gestores, a comunidade escolar, como um todo, devem cuidar de vários aspectos da formação da pessoa, sem descurar do seu papel essencial que é conservar, ensinar e produzir conhecimento científico. A finalidade da escola encontra-se nessa assertiva, que é transmitir conhecimento ao outro, não apenas os úteis mas, igualmente, os necessários ao processo formativo, qual sejam, tornar a pessoa capaz de deter o conhecimento científico produzido pela sociedade e saber conviver com o outro, segundo princípios de civilidade e de ética.

Os profissionais da educação devem conhecer e tentar recriar novas formulações pedagógicas, mas para isso, é necessário que a formação deles próprios seja melhor, o que pressupõe uma reformulação na maneira de pensar o objetivo dessa educação de qualidade.

É, pois, nessa condição que a educação escolar pode ocupar papéis na formação humana e intelectual, dedicando-se a preparar e possibilitar ao ser humano condições necessárias para que o mesmo possa desenvolver-se cognitivamente e, de posse dos diversos ensinamentos, saber viver em sociedade, portanto, efetivar o que prescreve a

Constituição Federal de 1988: “Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, p. 38). Essa concepção também se encontra estabelecida no Artigo 1º da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, segundo o qual a educação compreende e abrange os processos formativos desenvolvidos no interior da família, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, assim como em movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações sociais.

Observamos, com as bases legais, uma uniformidade no que tange à educação atual e que, de modo geral, rege a mentalidade contemporânea: educar para o exercício da cidadania e para a qualificação no trabalho. A pertinente ânsia em educar os filhos para viver em sociedade perpassa por esses dois âmbitos indissociáveis: cidadania e trabalho. No entanto, o pleno desenvolvimento da pessoa compreende muitos outros aspectos, mas de modo geral é na escola, com o início da alfabetização, que se desenvolve um dos principais processos de constituição da cidadania, aquele que dá condição de acesso ao conhecimento científico e, potencialmente, desenvolve o sentido de pertencimento social.

Acreditamos, pois, que é pela relevância que a escola expressa na sociedade brasileira como um espaço fundamental de formação de cidadãos que assistimos ao surgimento de leis e iniciativas¹³ destinadas a modificar a situação em que se encontra a escola e a educação formal dela oriunda. Observamos que os órgãos competentes têm realizado várias intervenções com o intuito de promover a educação brasileira, mas ainda há preocupações que se voltam à qualidade desta, justamente por se constatar os baixos índices de aprendizagem que são revelados nas avaliações nacionais e internacionais, especialmente aquelas concernentes à alfabetização, no Brasil. Compreendemos que os debates em torno da qualidade da educação básica perpassam

¹³ Dentre elas, o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB); a implantação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); do Plano de Ações Articuladas (PAR) que destina recursos para as redes de ensino estaduais e municipais; o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que incentiva a formação continuada; a Emenda Constitucional (EC) nº 59 de 2009, que determina que até 2016 todas as pessoas de 4 a 17 anos devem estar matriculadas na escola e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

pela função da escola, na medida em que, para a maior parte da população, é nessa instituição que residem os primeiros passos da formação intelectual da pessoa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, por meio de nossas pesquisas e estudos¹⁴, que a função da escola sofre mudanças ao longo da história e, ainda no tempo presente tem, face ao meio social e as suas mazelas, a finalidade de preparar o homem para o convívio social. Essa instituição precisa prover a pessoa de conhecimentos intelectuais, morais e éticos, para que possa ter responsabilidade consigo mesma e para com o outro. A alfabetização é um dos elementos mais importantes e de responsabilidade única da escola, pois se constitui no primeiro degrau para chegar às finalidades do processo de escolarização. Por meio da leitura e da escrita é que podemos acessar o universo teórico que nos permite a construção de um corpo social mais avançado. Dessa maneira, o profissional da educação precisa compreender a necessidade e a utilidade da teoria, para que tenha condições de identificar os conhecimentos imprescindíveis para que a escola alcance seus objetivos mais essenciais.

Considerando as formulações apresentadas, salientamos que, se quisermos formar cidadãos conscientes de seus papéis, prudentes, com princípios éticos e de humanidade, responsáveis, é preciso ensiná-los desde a tenra infância a estudar, a

¹⁴ É relevante mencionar alguns dos projetos, pesquisas e cursos em andamento, sob a coordenação e orientação da professora Terezinha Oliveira. Projetos: *Consolidação de infraestrutura de pesquisa em dinâmicas populacionais urbanas e rurais* (CIPEPUR 03/2009 - FINEP/Fundação Araucária); desde 1990, o projeto *Ensino de História e Filosofia da Educação por meio de Maquetes* (19ª edição) que promove a interação dos alunos do primeiro ano do curso de Pedagogia da UEM com alunos do ensino básico. Cursos destinados aos professores da rede estadual de ensino básico: *Avaliação do docente no contexto do conselho de classe* (Proc. 13109/2013); *Cotidiano escolar contemporâneo: estudo sobre hábitos e costumes do professor* (Proc. 13110/2013); *Da singularidade à totalidade: as disciplinas curriculares* (Proc. 13111/2013). Pesquisas de conclusão de curso na área da educação (disponíveis na Plataforma Brasil): *As mudanças curriculares do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá e a formação docente*; *Por que estudar os escritos agostinianos no curso de Pedagogia?*; *Análise dos aspectos emergentes da Modernidade no cotidiano escolar: pesquisa multidisciplinar desenvolvida nas Escolas Gerardo Braga e Rodrigues Alves na cidade de Maringá*; *As representações sociais dos professores da rede municipal de ensino de Mandaguari-PR*. Juntamente com as pesquisas em História da Educação Antiga e Medieval (foco principal do GTSEAM), estes estudos colaboram para uma formação consubstanciada na indissociável relação teoria e prática educacionais.

despertar o gosto pelo saber, tendo como exemplos os princípios apontados por mestres que se preocuparam com a formação de pessoas. Acima de tudo, precisamos zelar pela alfabetização qualitativa da população que se encontra nos bancos escolares, por que dependemos dela para dar continuidade à sociedade contemporânea.

Em face dessas considerações, compreendemos que o maior desafio posto na ordem do dia é o conhecimento. Apela-se e preza-se por ele, ao menos nos discursos, nos objetivos educacionais, nas bases legais (política, planos, avaliações, testes), porém o que se percebe, pelas avaliações nacionais e internacionais, é que este conhecimento está distante do cotidiano escolar. O grande desafio que se apresenta aos educadores, por conseguinte, é torna-lo uma realidade constante.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Portaria nº 867** de 4 de julho de 2012. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/noticias/107-resolucoes-e-lei>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

CALLEGARI, Cesar. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/24884/entenda-como-funciona-o-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir** – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1996.

IBGE. Tabelas do Censo Escolar 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_pdf.shtm. Acesso em: 04 fev. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998a.

LIBÂNEO, José Carlos. Perspectivas de uma pedagogia emancipadora face às transformações do mundo contemporâneo. **Revista Pensar a Prática**, Goiás, v. 1, p. 1-22, jan./jun. 1998b.

TOMÁS DE AQUINO. **De Magistro e os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica**: revisitando conceitos simples. RBP AE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

TEREZINHA OLIVEIRA

Doutora em História (UNESP). Pós-doutorado em História e Filosofia da Educação (USP). Professora associada do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Líder do Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade (GTSEAM).
E-mail: teleoliv@gmail.com.

ANA PAULA DOS SANTOS VIANA

Mestranda em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Pedagogia pela mesma instituição (2011). Bolsista pela CAPES. Integrante do GTSEAM.
E-mail: ana_psviana@hotmail.com.

LAIS BOVETO

Doutoranda em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE – UEM). Mestre em Educação pelo PPE – UEM. Graduada em Pedagogia pela UEM. Integrante do GTSEAM.
E-mail: laisboveto@hotmail.com.

MARIANA VIEIRA SARACHE

Mestranda em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do GTSEAM.
E-mail: vieiramari718@gmail.com.